



TESOURO NACIONAL

2025

Abril de 2026

Boletim

# Estatísticas Fiscais do Governo Geral

**Investimento em Ativos Não Financeiros  
do Governo Geral: Conceitos e Evolução  
Recente**



**Ministério da Fazenda**

Dario Carnevalli Durigan

**Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda**

Rogério Ceron de Oliveira

**Secretaria do Tesouro Nacional**

Daniel Cardoso Leal

**Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional**

Viviane Aparecida da Silva Varga

**Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal**

David Rebelo Athayde

**Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais**

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

**Coordenação de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais**

Alex Pereira Benício

**Coordenação de Suporte às Estatísticas Fiscais**

Rafael Perez Marcos

**Equipe Técnica**

Ana Cristina Secchi Correia

Gabriel Gdalevici Junqueira

Guilherme Ceccato

Kalina Ramos Porto

Karla de Lima Rocha

Vitor Henrique Barbosa Fabel

**Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional****Arte**

Hugo Pullen

**Informações**

E-mail: [ascom@tesouro.gov.br](mailto:ascom@tesouro.gov.br)

Disponível em: [www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br)

*\*Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

## Sumário

1. Introdução .....	4
2. Evolução do Investimento do Governo Geral .....	6
3. Composição do Investimento do Governo Geral .....	9
4. Composição Funcional do Investimento do Governo Geral .....	12
5. Considerações finais .....	15

### Lista de gráficos

Gráfico 1. Evolução do investimento em ativos não financeiros do governo geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025 .....	6
Gráfico 2. Evolução do investimento em ativos não financeiros do governo geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025 .....	8
Gráfico 3. Evolução do investimento líquido em ativos não financeiros por esfera de governo - Brasil - Anual - 2006 a 2025 ...	9
Gráfico 4. Composição do investimento líquido em ativos não financeiros - Brasil - Anual - 2010 a 2025 .....	10
Gráfico 5. Composição do investimento líquido em ativos fixos - Brasil - Anual - 2010 a 2025.....	11
Gráfico 6. Composição da formação bruta em ativos fixos - Brasil - Anual - 2010 a 2025.....	12
Gráfico 7. Investimento bruto em ativos não financeiros por função de governo (COFOG) - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	13
Gráfico 8. Investimento bruto em ativos não financeiros por função de governo (COFOG) e esfera de governo - Brasil - Anual - 2024 .....	14

## 1. Introdução

A análise do investimento público requer a distinção entre diferentes indicadores de formação e variação do estoque de ativos não financeiros do setor público. No arcabouço das Estatísticas de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) consolidado no *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*, as transações em ativos não financeiros registram as aquisições, vendas e o consumo de capital fixo associado ao uso desses ativos ao longo do tempo.

Este relatório apresenta um estudo especial de lançamento do novo demonstrativo de investimento público do governo geral<sup>1</sup>, ampliando e detalhando as estatísticas atualmente divulgadas no Boletim Estatísticas Fiscais do Governo Geral. A partir deste lançamento, a série será atualizada e disponibilizada trimestralmente, em conjunto com as Estatísticas Fiscais do Governo Geral divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Enquanto o Boletim apresenta apenas o investimento líquido do governo geral, em base trimestral e anual, a nova divulgação organiza o tema de forma mais abrangente ao publicar, de maneira consistente com o GFSM 2014, três indicadores: investimento líquido, investimento bruto e formação bruta de capital fixo, com desagregações por tipo de ativo e por função de governo associada ao investimento. Assim, a diferença central está no escopo analítico: a série trimestral do Boletim permite o acompanhamento conjuntural do investimento líquido, ao passo que a nova série apresentada neste relatório adiciona decomposições dos investimentos, favorecendo análises estruturais sobre a formação de capital público.

Nesse contexto, a nova série estatística do governo geral apresenta três indicadores principais utilizados para analisar o investimento público:

- a. Investimento líquido em ativos não financeiros: Corresponde à aquisição líquida de ativos não financeiros após descontado o consumo de capital fixo. Em termos operacionais, é definido como:

$$\text{Investimento líquido} = \text{Aquisições} - \text{Vendas} - \text{Consumo de capital fixo}$$

Esse indicador mede o aumento efetivo do estoque de ativos não financeiros do governo, sendo o indicador mais adequado para avaliar o esforço líquido de acumulação de capital público.

- b. Investimento bruto em ativos não financeiros: representa a diferença entre aquisições e vendas de ativos não financeiros, sem descontar o consumo de capital fixo:

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>. Informações sobre a metodologia da nova série estão disponíveis em: [Notas Metodológicas de Estatísticas Fiscais do Governo Geral - 2025 — Tesouro Transparente](#)

### *Investimento bruto = Aquisições - Vendas*

Esse indicador mostra o fluxo total de investimentos realizados pelo governo, mas não considera a depreciação econômica dos ativos existentes, podendo superestimar o aumento efetivo do capital público. Embora denominado “bruto”, o indicador já incorpora a dedução das vendas de ativos, refletindo a aquisição líquida de ativos não financeiros antes do desconto do consumo de capital fixo.

c. Formação bruta de capital fixo (FBCF): Refere-se à aquisição líquida (aquisição menos venda) de ativos fixos produzidos, como edificações, infraestrutura, máquinas e equipamentos, incluindo também melhorias que ampliam a vida útil ou a capacidade produtiva desses ativos. Esse indicador é apresentado como uma *proxy* para o conceito de formação bruta de capital fixo utilizado nas Contas Nacionais no âmbito do governo, uma vez que o indicador oficial é divulgado pelo IBGE.

Embora relacionados, esses indicadores capturam dimensões distintas do investimento público. Enquanto a formação bruta de capital fixo mede o fluxo de criação de ativos fixos, o investimento bruto amplia a análise para todos os ativos não financeiros e o investimento líquido indica o acréscimo efetivo ao estoque de capital público após considerar o consumo de capital fixo.

Quanto à abrangência analítica, este relatório contempla diferentes dimensões do investimento do governo geral em ativos não financeiros. Do ponto de vista agregado, são examinados, de forma integrada, o investimento líquido, o investimento bruto e a formação bruta de capital fixo. Adicionalmente, é feita uma análise da decomposição por tipo de ativo, que abrange, conforme a classificação das estatísticas fiscais, ativos fixos, estoques e ativos não produzidos. Além disso, o relatório explora a distribuição do investimento por esfera de governo (governos central, estaduais e municipais) e por função de governo de acordo com a Classificação por Função de Governo (COFOG - *Classification of Functions of Government*<sup>2</sup>), esta última com ênfase no investimento bruto.

A análise concentra-se na evolução anual do período 2010 a 2025, com recortes específicos por função até 2024, em linha com a disponibilidade das informações funcionais, sendo que, para algumas séries, há dados disponíveis a partir de 2006.

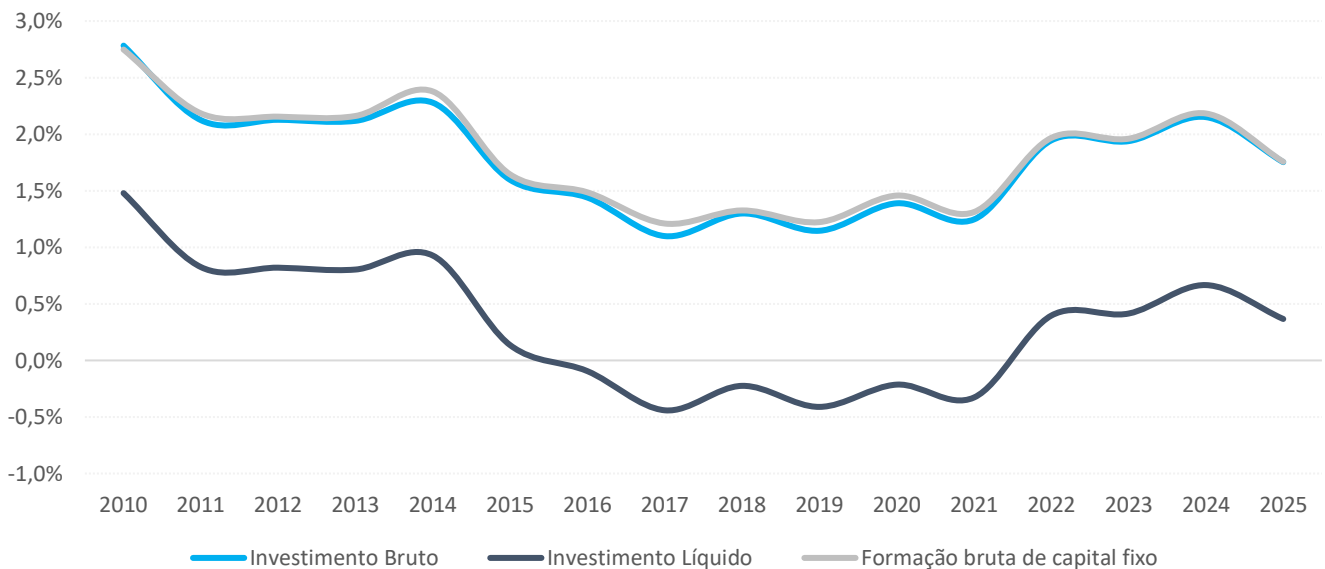
---

<sup>2</sup> A COFOG (*Classification of Functions of Government*) é uma metodologia internacional desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) e adotada integralmente pelo GFSM 2014).

## 2. Evolução do Investimento do Governo Geral

A série do investimento do governo geral, apresentada no gráfico 1, permite comparar a evolução dos três principais indicadores utilizados neste estudo: investimento líquido, investimento bruto e formação bruta de capital fixo (FBCF).

**Gráfico 1. Evolução do investimento em ativos não financeiros do governo geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025**  
 Dados em: % PIB  
 Fonte: STN e IBGE



A comparação entre investimento bruto e investimento líquido mostra que ambos seguem, em geral, o mesmo ciclo ao longo do tempo, refletindo variações semelhantes no esforço de investimento público. Entretanto, o investimento líquido permanece sistematicamente em patamar inferior ao investimento bruto, uma vez que incorpora o desconto do consumo de capital fixo associado ao estoque de ativos já existente.

Em termos analíticos, observa-se que a distância entre as séries de investimento bruto e investimento líquido permanece relativamente estável ao longo do período analisado. Esse comportamento reflete a dinâmica do consumo de capital fixo, que está diretamente associado ao estoque de ativos acumulado pelo governo. Como esse estoque é composto majoritariamente por ativos com vida útil longa, como edificações e obras de infraestrutura, seu valor tende a variar de forma gradual ao longo do tempo. Dessa forma, os investimentos realizados em um determinado ano alteram apenas marginalmente o tamanho do estoque total de ativos, o que contribui para a relativa estabilidade do consumo de capital fixo ao longo da série.

Observa-se também elevada aderência entre as séries de investimento bruto e formação bruta de capital fixo (FBCF). Esse resultado decorre da predominância dos ativos fixos na composição do investimento do governo geral, enquanto a participação de outros ativos não financeiros, como estoques e ativos não produzidos, é relativamente reduzida. A decomposição do investimento por tipo de ativo será analisada em maior detalhe na seção seguinte.

Quando se observa especificamente a evolução do investimento líquido do governo geral, em percentual do PIB, nota-se que o indicador se manteve em patamar relativamente elevado até 2014, quando atingiu 0,93% do PIB. A partir de 2015, contudo, verifica-se uma inflexão na trajetória do investimento, com redução significativa do indicador e manutenção de níveis mais baixos, inclusive valores negativos entre 2016 e 2021. Nesse período, a aquisição líquida de ativos não financeiros mostrou-se insuficiente para compensar a deterioração do estoque de capital público, medida pelo consumo de capital fixo. A partir de 2022 observa-se uma recomposição do investimento líquido, com melhora gradual até atingir 0,67% do PIB em 2024, seguida por nova redução em 2025 (0,37% do PIB).

O investimento bruto do governo geral, por sua vez, apresenta trajetória semelhante ao longo da série histórica, ainda que em patamar mais elevado, uma vez que não considera o desconto do consumo de capital fixo. Até 2014, o indicador manteve-se em níveis relativamente altos, alcançando 2,28% do PIB. A partir de 2015 ocorre uma reversão importante, com queda acentuada do investimento, que recua para níveis próximos a 1% do PIB e permanece nesse patamar até 2021. Em 2022 inicia-se uma recuperação mais consistente, elevando o investimento para 2,15% do PIB em 2024. Entretanto, em 2025 observa-se nova redução, quando o indicador retorna para 1,75% do PIB.

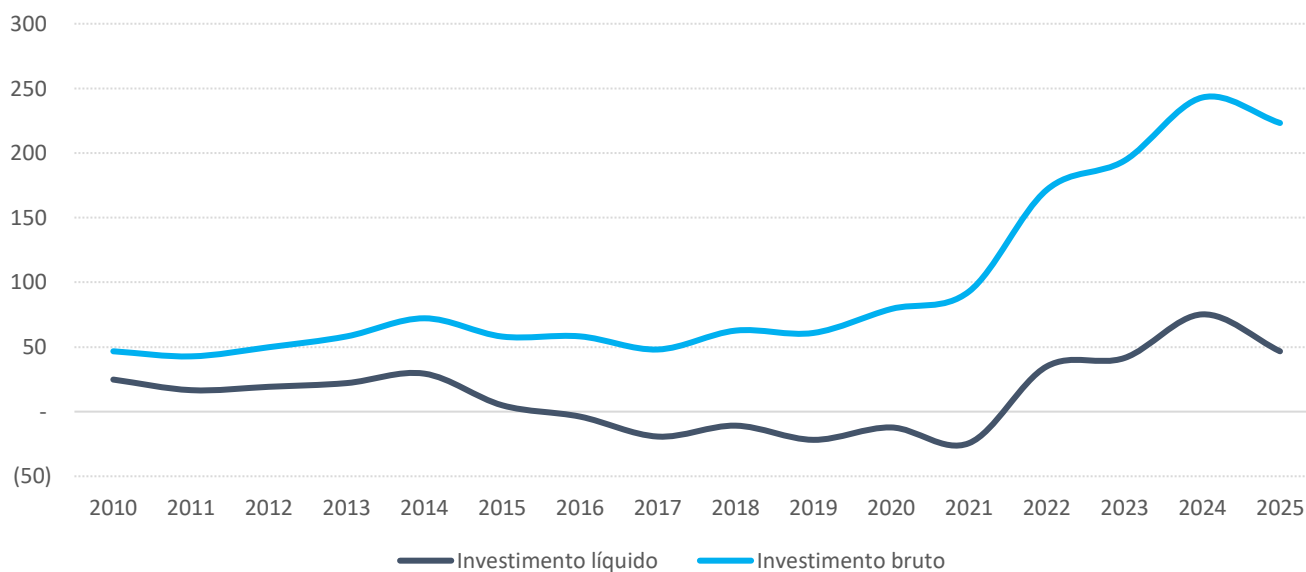
O gráfico 2 apresenta a trajetória do investimento líquido e do investimento bruto do governo geral em valores reais, permitindo avaliar a evolução do investimento público em termos absolutos e o acréscimo efetivo de capital público. De forma geral, a dinâmica observada é consistente com a análise em percentual do PIB, com níveis relativamente mais elevados até 2014, seguidos de retração a partir de 2015 e manutenção de patamares reduzidos até 2021.

A partir de 2022 observa-se uma recuperação expressiva do investimento público em termos reais, com crescimento acelerado até 2024, quando a série atinge seu ponto mais elevado do período analisado. Esse movimento indica uma recomposição do investimento público após o período prolongado de compressão observado na segunda metade da década de 2010.

É importante notar, contudo, que embora os valores reais tenham alcançado seu nível mais elevado em 2024, o indicador em percentual do PIB ainda permanece abaixo do observado em 2014. Isso ocorre porque o crescimento do PIB foi superior ao do investimento, de modo que a recuperação recente do

investimento público, embora relevante em termos absolutos, ainda não resultou em plena recomposição de sua participação relativa na economia.

**Gráfico 2. Evolução do investimento em ativos não financeiros do governo geral - Brasil - Anual - 2010 a 2025**  
 Dados: R\$ Bilhões - Valores reais a preços de dezembro de 2025 - IPCA  
 Fonte: STN e IBGE



O nível agregado do investimento em ativos não financeiros do governo geral resulta de trajetórias distintas entre as diferentes esferas de governo. O gráfico 3 apresenta a evolução do investimento líquido por esfera, evidenciando que a dinâmica do indicador agregado reflete a combinação de comportamentos diferenciados entre governos central, estaduais e municipais, padrão também observado na série de investimento bruto.

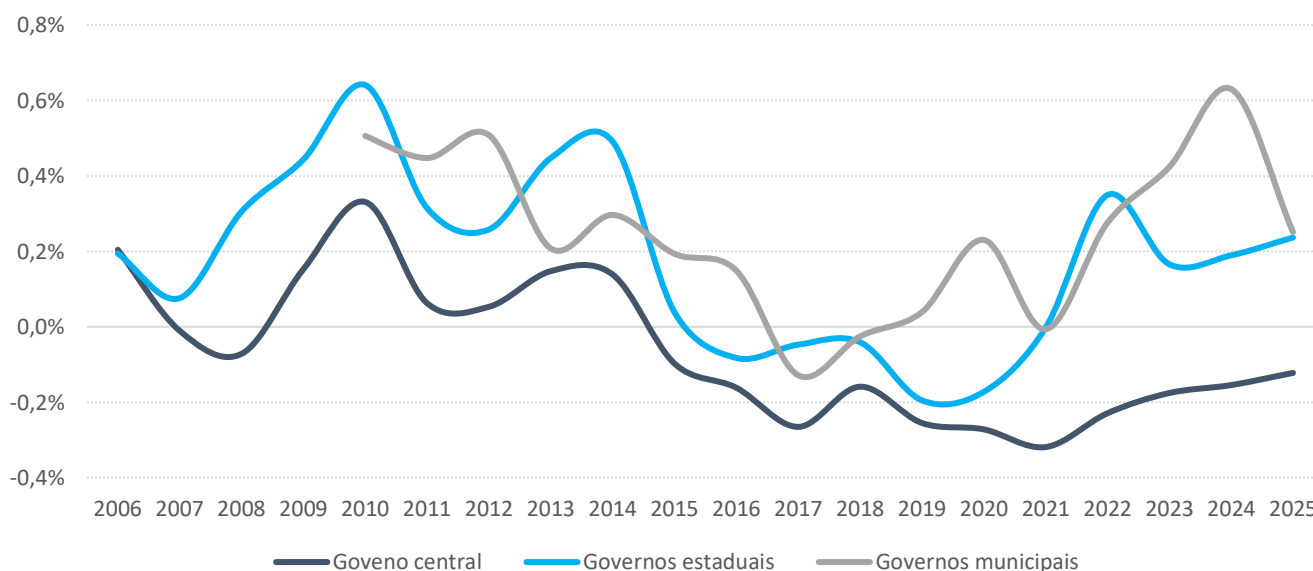
De modo geral, observa-se que a redução do investimento público após 2014 ocorreu de forma disseminada entre as três esferas de governo. A partir de 2015, contudo, o investimento líquido do governo central passa a registrar valores persistentemente baixos e, em diversos anos, negativos.

A partir de 2022, observa-se uma recuperação do investimento líquido do governo geral, impulsionada principalmente pelos entes subnacionais. Tanto os governos estaduais quanto os municipais apresentaram crescimento significativo do investimento nesse período, o que pode estar associado a um conjunto de fatores institucionais e fiscais que influenciam a dinâmica do investimento nos entes subnacionais. A elevação mais tímida no governo central pode estar associada à maior rigidez do processo orçamentário e à incidência de regras fiscais nacionais que condicionam a expansão das despesas discricionárias, que correspondem a uma grande parcela do investimento.

No caso dos governos municipais, observa-se ainda uma dinâmica compatível com o ciclo eleitoral local, com expansão mais pronunciada do investimento no período que antecede as eleições. Esse comportamento é particularmente evidente em 2024, quando o investimento municipal atinge seu ponto mais elevado da série recente.

Em 2025, por sua vez, observa-se uma desaceleração do investimento líquido do governo geral, explicada principalmente pela retração do investimento municipal após o pico observado no ano eleitoral anterior. Nesse período, os governos estaduais e o governo central apresentam variações mais moderadas, mantendo trajetórias relativamente mais estáveis.

**Gráfico 3. Evolução do investimento líquido em ativos não financeiros por esfera de governo - Brasil - Anual - 2006 a 2025**  
 Dados: % PIB  
 Fonte: STN e IBGE



### 3. Composição do Investimento do Governo Geral

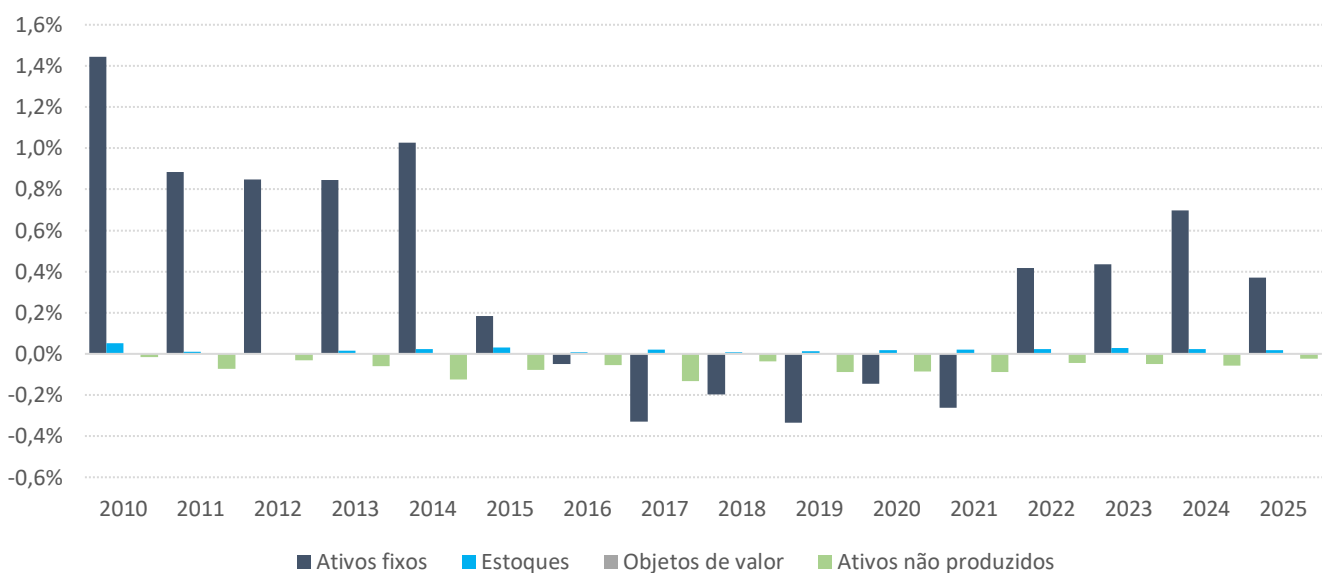
A análise da composição do investimento líquido em ativos não financeiros evidencia forte predominância dos ativos fixos na formação de capital do governo geral. Conforme mostrado no gráfico 4, esse componente concentra a maior parcela do investimento, com destaque para edifícios e estruturas de infraestrutura, que alcançaram 0,37% do PIB em 2025. Em contraste, os investimentos em estoques apresentam participação significativamente menor, situando-se em 0,02% do PIB no mesmo ano.

Os ativos não produzidos aparecem com valores negativos no gráfico (-0,02% do PIB em 2025). Isso ocorre porque esses ativos estão associados à concessão de direitos pelo governo, como autorizações de uso ou exploração de determinados recursos ou atividades. No âmbito das estatísticas fiscais, essas operações são registradas como venda (disposição) de ativos não produzidos. Como o cálculo do investimento líquido é definido pela equação aquisição – venda – consumo de capital fixo, essas operações resultam em valores negativos, refletindo que geram recursos para o governo sem implicar expansão do estoque de ativos.

**Gráfico 4. Composição do investimento líquido em ativos não financeiros - Brasil - Anual - 2010 a 2025**

Dados: % PIB

Fonte: STN e IBGE



De forma geral, o gráfico evidencia que o investimento público do governo geral é predominantemente direcionado à formação de ativos fixos, enquanto os demais tipos de ativos têm participação relativamente menor no total do investimento líquido. Ao relacionar a composição do investimento líquido com os indicadores de investimento bruto e formação bruta de capital fixo (FBCF), verifica-se que a predominância dos ativos fixos também explica a forte aderência entre o investimento bruto e a FBCF, já que os demais ativos representam apenas uma pequena fração do total de investimentos. Essa constatação justifica aprofundar a análise no componente de ativos fixos, que conduz a maior parte da dinâmica do investimento agregado.

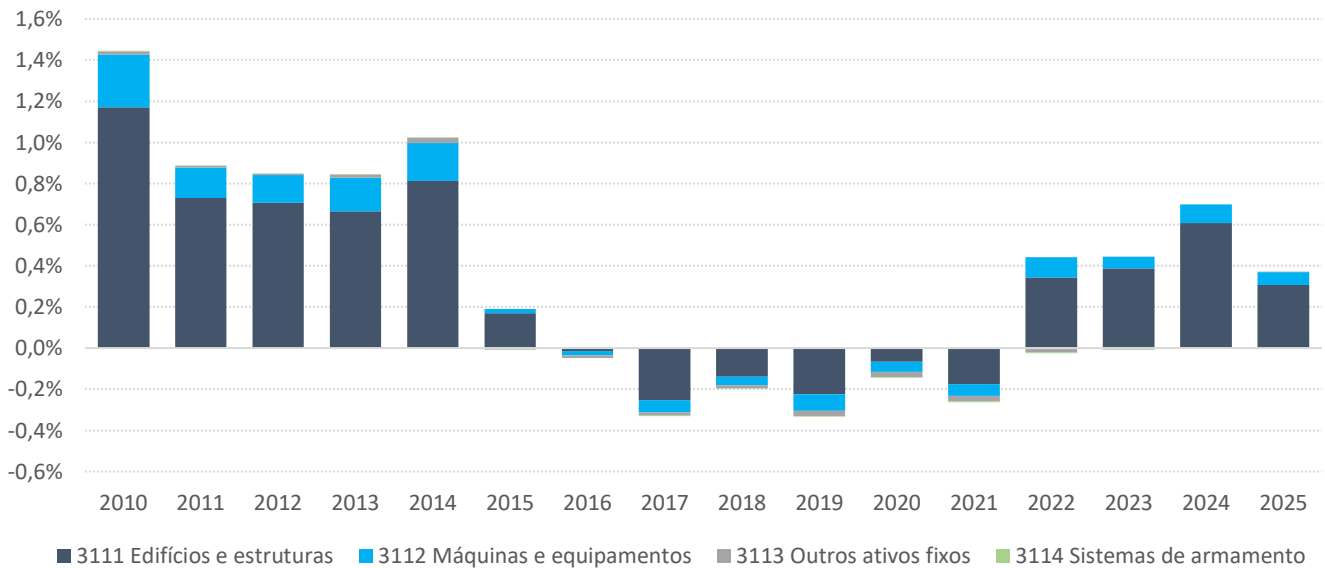
Dentro dos ativos fixos, é possível identificar padrões distintos entre os diferentes tipos de ativos. Conforme evidenciado no gráfico 5, os edifícios e estruturas constituem o principal componente do investimento líquido em ativos fixos, apresentando maior contribuição ao longo de toda a série histórica. Em termos de magnitude, esse componente variou de valores positivos, como 1,17% do PIB em 2010, a

valores próximos ou inferiores a zero em anos de retração, refletindo períodos em que o investimento foi insuficiente para compensar o consumo de capital fixo. Esse grupo inclui construções civis, obras de infraestrutura e instalações públicas, refletindo a ênfase histórica do governo na expansão e manutenção de bens de capital duráveis.

**Gráfico 5. Composição do investimento líquido em ativos fixos - Brasil - Anual - 2010 a 2025**

Dados: % PIB

Fonte: STN e IBGE



O investimento em máquinas e equipamentos apresenta participação inferior (0,06% do PIB em 2025), com trajetória próxima de zero ao longo da série, incluindo valores negativos em alguns anos, especialmente no período de retração entre 2016 e 2021. A partir de 2022, observa-se uma leve recomposição desse componente, acompanhando a recuperação do investimento agregado. Já os outros ativos fixos, que englobam principalmente produtos de propriedade intelectual como ativos de P&D, programas e bancos de dados, representam uma parcela marginal do total, mantendo-se próxima de zero ou negativos na maior parte do período, indicando contribuição limitada para a dinâmica do investimento líquido. Por fim, os sistemas de armamento apresentam valores praticamente nulos ao longo de toda a série histórica, evidenciando impacto marginal sobre a evolução agregada do investimento líquido.

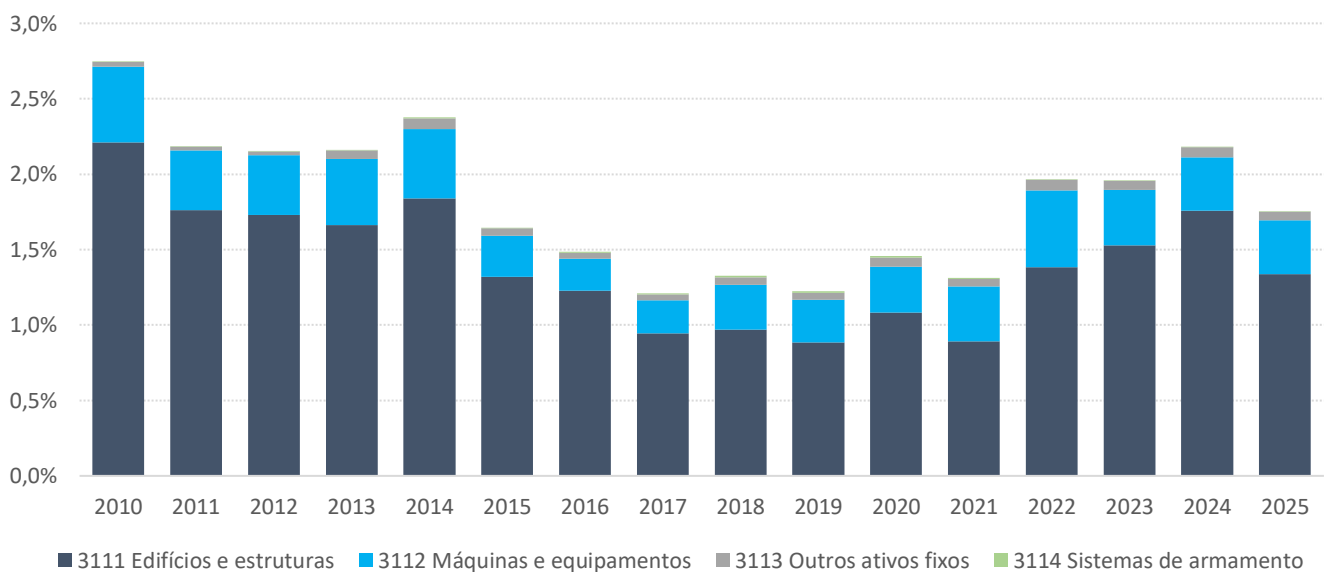
Essa decomposição evidencia que a dinâmica do investimento em ativos fixos do governo geral é conduzida predominantemente pelos edifícios e estruturas, enquanto os demais componentes exercem influência limitada sobre o total agregado. Conseqüentemente, as variações anuais do investimento líquido em ativos fixos refletem em grande medida o ritmo de aquisição, manutenção e ampliação de edificações e obras de infraestrutura, reforçando a interpretação de que o capital público evolui principalmente por meio desse grupo de ativos.

O gráfico 6 apresenta a composição da formação bruta de capital fixo (FBCF) do governo geral, detalhando a contribuição de edifícios e estruturas, máquinas e equipamentos, outros ativos fixos e sistemas de armamento. A FBCF representa o fluxo bruto de criação de ativos fixos produzidos, enquanto o investimento líquido indica o acréscimo efetivo ao estoque de ativos, considerando o consumo de capital fixo. Observa-se que a evolução da FBCF acompanha de perto a trajetória do investimento líquido, em grande medida devido à predominância dos edifícios e estruturas em ambos os indicadores. As diferenças entre as duas medidas refletem o impacto do consumo de capital fixo, evidenciando que nem todo o esforço bruto de investimento se traduz em acréscimo efetivo ao estoque de capital público.

**Gráfico 6. Composição da formação bruta em ativos fixos - Brasil - Anual - 2010 a 2025**

Dados: % PIB

Fonte: STN e IBGE



Em termos de magnitude, observa-se que o consumo de capital fixo do governo geral se situa em patamar próximo de 1% do PIB ao longo da série. Nesse contexto, níveis de investimento bruto inferiores a esse patamar tendem a ser insuficientes para compensar a depreciação do estoque existente, resultando em redução do estoque de capital em certo período.

## 4. Composição Funcional do Investimento do Governo Geral

A análise funcional do investimento público revela que o esforço de formação de capital do governo geral no Brasil apresenta elevada concentração em investimentos associados à infraestrutura econômica e ao desenvolvimento urbano, refletindo tanto as prioridades de política pública quanto a distribuição de responsabilidades entre as diferentes esferas de governo no contexto federativo brasileiro.

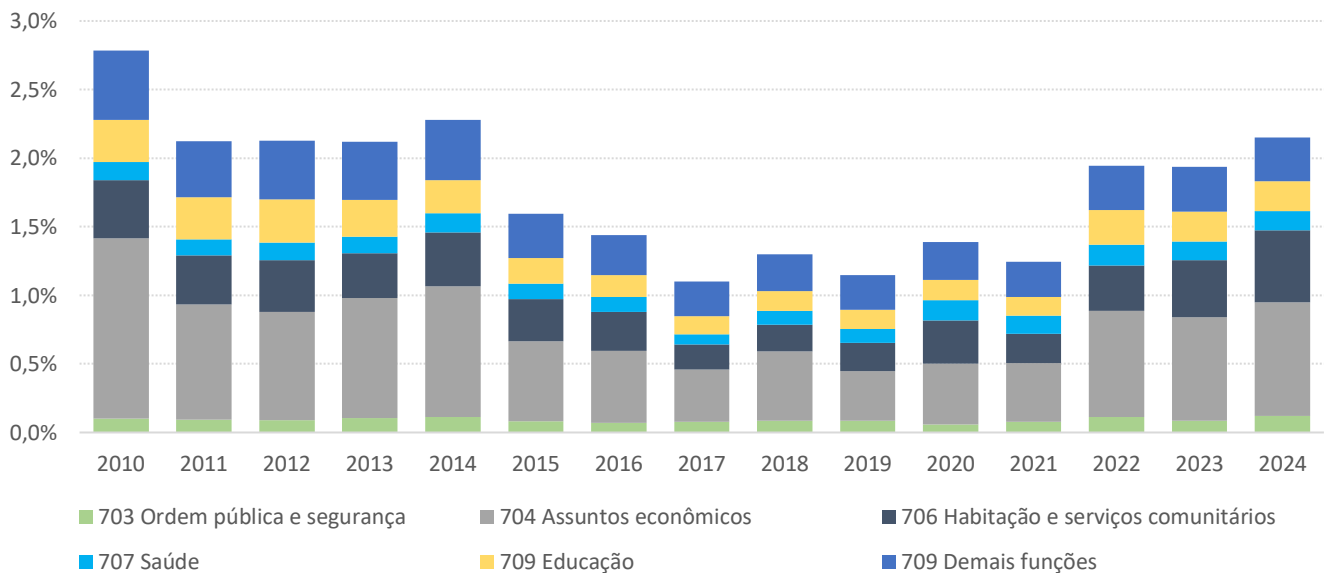
Essa perspectiva permite compreender não apenas o volume total do investimento público, mas também como os recursos destinados à formação de capital se distribuem entre diferentes áreas de atuação governamental.

O gráfico 7 apresenta a evolução do investimento bruto em ativos não financeiros do governo geral por função de governo no período 2010 a 2024, em percentual do PIB. Observa-se que o investimento público brasileiro apresenta elevada concentração em poucas funções, com destaque para assuntos econômicos, que corresponde majoritariamente aos investimentos em transportes. Ao longo de toda a série, essa função responde pela maior parcela do investimento público, refletindo o peso das obras de infraestrutura econômica na formação de capital do setor público. Em 2024, os investimentos nessa função atingiram 0,83% do PIB, consolidando-se como o principal componente do investimento do governo geral.

**Gráfico 7. Investimento bruto em ativos não financeiros por função de governo (COFOG) - Brasil - Anual - 2010 a 2024**

Dados: % PIB

Fonte: STN e IBGE



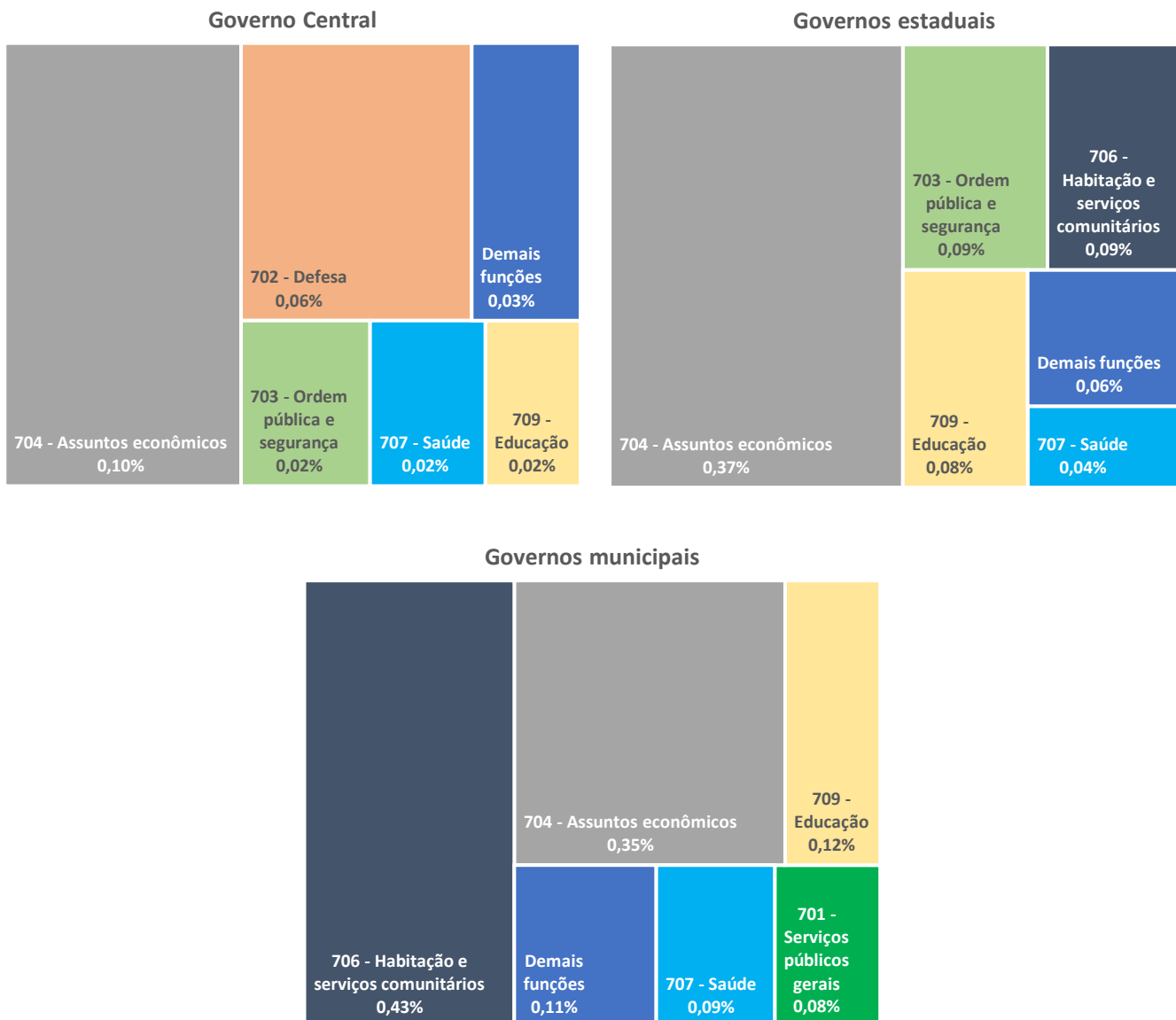
Em patamares inferiores situam-se as funções habitação e serviços comunitários (0,53% do PIB), educação (0,22% do PIB) e saúde (0,14% do PIB). Essas funções apresentam participação relevante ao longo do período, embora com menor magnitude em comparação aos investimentos em assuntos econômicos.

As demais funções, como serviços públicos gerais, defesa, proteção ambiental, lazer e cultura e proteção social, apresentam participação relativamente reduzida ao longo da série histórica, exercendo impacto limitado sobre a variação do investimento agregado.

Esse padrão indica que as oscilações do investimento público ao longo do tempo tendem a ser explicadas principalmente pelas variações nos investimentos em infraestrutura econômica, que concentram parcela significativa dos recursos destinados à formação de capital do governo geral.

Além da evolução agregada, a análise da composição funcional por esfera de governo permite compreender como a estrutura federativa brasileira influencia a distribuição do investimento público entre diferentes áreas de atuação governamental. O gráfico 8 apresenta a composição funcional do investimento bruto em ativos não financeiros por esfera de governo no ano de 2024.

**Gráfico 8. Investimento bruto em ativos não financeiros por função de governo (COFOG) e esfera de governo - Brasil - Anual - 2024**  
 Dados: % PIB  
 Fonte: STN e IBGE



Observa-se que o governo central apresenta maior concentração do investimento nas funções assuntos econômicos e defesa, refletindo a sua responsabilidade na execução de grandes projetos de infraestrutura de alcance nacional e em investimentos estratégicos para a defesa nacional.

Nos governos estaduais, o investimento mostra maior peso relativo nas funções assuntos econômicos, educação e saúde, refletindo seu papel na provisão de serviços públicos nessas áreas e na execução de obras de infraestrutura de alcance regional.

Já nos governos municipais, observa-se maior participação das funções habitação e serviços comunitários, educação e saúde, o que reflete a proximidade dos municípios com a provisão direta de serviços públicos locais e com a execução de investimentos urbanos, como infraestrutura urbana, saneamento e equipamentos públicos.

Essa distribuição funcional evidencia como as responsabilidades atribuídas a cada nível de governo no arranjo federativo brasileiro se refletem na composição do investimento público, com diferentes esferas priorizando áreas de atuação compatíveis com suas competências institucionais e com o nível de prestação de serviços públicos.

## 5. Considerações finais

As estatísticas apresentadas neste relatório reforçam a importância de distinguir diferentes medidas de investimento do governo geral em ativos não financeiros, em linha com o arcabouço metodológico do GFSM 2014. Enquanto a formação bruta de capital fixo captura o fluxo de criação de ativos fixos produzidos, o investimento bruto amplia a análise para o conjunto dos ativos não financeiros e o investimento líquido mede o acréscimo efetivo do estoque de capital público ao descontar o consumo de capital fixo. A utilização conjunta desses indicadores permite uma avaliação mais abrangente da dinâmica da formação de capital do governo.

No período 2010 a 2025, os indicadores evidenciam uma trajetória marcada por níveis mais elevados até 2014, retração a partir de 2015 e manutenção de patamares reduzidos até 2021, seguida de recuperação entre 2022 e 2024 e nova desaceleração em 2025. A análise por esfera de governo indica que, embora a redução do investimento tenha ocorrido de forma relativamente disseminada após 2014, a recomposição recente foi impulsionada principalmente pelos entes subnacionais.

A decomposição do investimento em tipos de ativos evidencia forte concentração em ativos fixos, especialmente em edificações e estruturas, destacando o papel central da infraestrutura física na

formação de capital público. A análise funcional reforça esse padrão, com predominância da função assuntos econômicos, particularmente associada aos investimentos em transportes, seguida por habitação e serviços comunitários, educação e saúde. Dessa forma, as variações do investimento agregado tendem a refletir principalmente mudanças nos investimentos em infraestrutura, que concentram parcela significativa do esforço de formação de capital do governo geral.

De maneira geral, os resultados sugerem que o investimento público apresenta elevada sensibilidade às condições fiscais e econômicas, sendo frequentemente ajustado em resposta a restrições orçamentárias ou períodos de maior disponibilidade de recursos. Nesse contexto, o acompanhamento sistemático dos diferentes indicadores de investimento em ativos não financeiros contribui para uma avaliação mais precisa da dinâmica da formação de capital público e de sua contribuição para o crescimento econômico.

A ampliação e sistematização dessas estatísticas representa, portanto, um avanço no monitoramento do investimento público no Brasil, ao oferecer informações mais detalhadas sobre sua evolução, composição e distribuição entre as diferentes esferas e funções de governo. Como parte integrante das Estatísticas Fiscais do Governo Geral, as estatísticas de investimento podem ser avaliadas conjuntamente às demais estatísticas, permitindo análises do impacto da restrição fiscal no nível e composição do investimento público, o que possibilita aos analistas de política fiscal e a sociedade em geral uma melhor compreensão do impacto das decisões de política fiscal na variação do estoque de capital público brasileiro.